

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SALA DE AULA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, LINGUAGEM E FORMAÇÃO CRÍTICA

ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN THE CLASSROOM: PEDAGOGICAL PRACTICES,
LANGUAGE AND CRITICAL EDUCATION

Marcus Vinícius da Silva¹

Zulene dos Santos Carvalho²

Jacineide Virgínia Borges Oliveira da Silva Santana³

Raimundo Gomes Luz⁴

Rosiane Almeida Minet Marsaioli⁵

Simone Batista Campos⁶

Lidiane da Silva Xavier⁷

Relinaldo Pinho de Oliveira⁸

Leandro Soares Machado⁹

Andreia Vanessa de Oliveira¹⁰

Ramon Santos Costa¹¹

Maria do Livramento da Silva Santos¹²

Elino Rangel Pinto¹³

Alessandra Cristina de Araújo¹⁴

RESUMO: A presença crescente da Inteligência Artificial (IA) na educação tem provocado transformações significativas nas práticas pedagógicas e, de modo particular, nas práticas de linguagem desenvolvidas na escola. Este artigo discute a inserção da IA na sala de aula a partir de uma abordagem crítica, articulando linguagem, autoria, práticas pedagógicas e formação docente. Fundamentado nos estudos sobre letramentos digitais, tecnodiscursividade e inovação pedagógica, o texto comprehende a IA como mediação sociotécnica que reconfigura os processos de leitura, escrita e produção de sentidos. A análise teórica evidencia que o uso pedagógico da IA exige mediação docente intencional, formação crítica e atenção às dimensões éticas envolvidas, especialmente no que se refere à autoria, à avaliação e à autonomia intelectual dos estudantes. Conclui-se que a integração da IA à educação pode contribuir para práticas pedagógicas mais reflexivas e significativas, desde que orientada por princípios éticos e pelo fortalecimento da formação docente.

1

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Linguagem. Práticas pedagógicas. Formação docente. Educação crítica.

¹Licenciado em Física/2013, Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE.

²Mestranda em educação, Universidade Federal do Maranhão, UFMA/ Codó.

³Mestrado em Letras, Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

⁴Mestre em Educação Inclusiva, Universidade Federal do Amapá.

⁵Especialista em Ciências Biológicas, Faculdade Multivix Serra – ES.

⁶Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado /AEE, Centro universitário FECAF (Faculdade Capital Federal).

⁷Especialização em Educação Infantil e Alfabetização, Associação Varzeagrandense de Ensino e Cultura/ Faculdades Integradas de Várzea Grande.

⁸Doutor em educação, ciências e matemática. Instituto de Educação Matemática e Científica. Universidade Federal do Pará.

⁹Mestrando em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

¹⁰Mestra em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

¹¹Mestre em Educação em Ciências e Matemática, UESC - Ilhéus-BA.

¹²Mestranda em Ensino na Educação Básica, UFMA.

¹³Mestrando em Ciências da Educação, World University Ecumenical.

¹⁴Mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação, Universidade de Uberlândia (UFU).

ABSTRACT: The growing presence of Artificial Intelligence (AI) in education has led to significant transformations in pedagogical practices, particularly in language-related activities developed in schools. This article discusses the integration of AI into the classroom from a critical perspective, articulating language, authorship, pedagogical practices, and teacher education. Grounded in studies on digital literacies, technodiscursivity, and pedagogical innovation, the text understands AI as a sociotechnical mediation that reshapes processes of reading, writing, and meaning-making. The theoretical analysis highlights that the pedagogical use of AI requires intentional teacher mediation, critical teacher education, and careful consideration of ethical issues, especially regarding authorship, assessment, and students' intellectual autonomy. It is concluded that the integration of AI into education can contribute to more reflective and meaningful pedagogical practices, provided it is guided by ethical principles and supported by robust teacher education.

Keywords: Artificial Intelligence. Language. Pedagogical practices. Teacher education. Critical education.

I. INTRODUÇÃO

A intensificação do uso da Inteligência Artificial (IA) em diferentes esferas da vida social tem provocado profundas transformações nos modos de produzir conhecimento, comunicar-se e aprender. No campo educacional, tais transformações tornam-se particularmente visíveis no cotidiano da sala de aula, onde sistemas baseados em IA passam a mediar práticas de leitura, escrita, pesquisa, resolução de problemas e avaliação. Esse cenário impõe novos desafios à escola, que já não pode ser compreendida apenas como espaço de transmissão de conteúdos, mas como ambiente de mediação crítica entre sujeitos, linguagens e tecnologias.

A incorporação da IA na educação tem sido frequentemente acompanhada por discursos de inovação, eficiência e personalização da aprendizagem. No entanto, como alertam Selwyn (2016, 2019) e Holmes e Tuomi (2022), tecnologias digitais inteligentes não são neutras nem exclusivamente técnicas, pois carregam valores, interesses e rationalidades que influenciam diretamente as práticas pedagógicas e os processos formativos. Assim, discutir a IA na sala de aula exige ultrapassar abordagens tecnicistas e instrumentalizadas, avançando para uma análise crítica que considere suas implicações pedagógicas, discursivas, éticas e formativas.

Do ponto de vista da linguagem, a presença da IA reconfigura de modo significativo as práticas escolares. Ferramentas de geração automática de textos, correção, síntese e recomendação de conteúdos passam a atuar como coautoras nos processos de produção discursiva. Paveau (2021) propõe o conceito de tecnodiscursividade para compreender essas novas formas de produção de sentido, nas quais humanos e artefatos técnicos compartilham a

autoria do discurso. No contexto escolar, essa coautoria desafia concepções tradicionais de autoria, criatividade e avaliação, exigindo da educação linguística uma abordagem crítica e situada.

Os estudos sobre letramentos digitais e multiletramentos também contribuem para essa reflexão. Rojo (2012, 2019) e Lankshear e Knobel (2011) destacam que as práticas de leitura e escrita contemporâneas são multimodais, colaborativas e atravessadas por tecnologias digitais. A IA intensifica essas características ao automatizar processos linguísticos e ao intervir diretamente na circulação, seleção e organização dos textos. Nesse sentido, a formação dos estudantes não pode restringir-se ao domínio técnico das ferramentas, mas deve contemplar o desenvolvimento de competências críticas para compreender e questionar os usos da IA na produção e interpretação de sentidos.

A centralidade do professor nesse processo é inegável. Freire (1996) já afirmava que nenhuma tecnologia substitui a intencionalidade pedagógica e o compromisso ético do educador. Na sala de aula mediada por IA, o professor assume o papel de mediador crítico, responsável por orientar o uso pedagógico das tecnologias, problematizar respostas automatizadas, discutir vieses algorítmicos e promover práticas de linguagem que favoreçam a autonomia intelectual dos estudantes. Essa mediação exige formação docente contínua, reflexão ética e compreensão dos impactos socioculturais da IA na educação. 3

Além disso, documentos internacionais, como as orientações da UNESCO (2021; 2023), reforçam a necessidade de uma abordagem ética e humanista da Inteligência Artificial na educação. Esses documentos destacam princípios como equidade, transparência, proteção de dados e centralidade do humano, alertando para os riscos de aprofundamento das desigualdades educacionais caso a IA seja incorporada sem critérios pedagógicos e políticas públicas consistentes.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo discutir a Inteligência Artificial na sala de aula a partir da articulação entre práticas pedagógicas, linguagem e formação crítica. O estudo fundamenta-se em autores dos campos da educação, da cultura digital e dos estudos discursivos, bem como em materiais recentes que analisam o uso da IA em contextos escolares. Para tanto, o texto organiza-se da seguinte forma: inicialmente, discute-se a IA como mediação pedagógica e discursiva na educação contemporânea; em seguida, analisam-se as implicações da IA para as práticas de linguagem e para a autoria na sala de aula; posteriormente, aborda-se o papel da formação docente e da mediação crítica no uso pedagógico da IA; por fim, apresentam-

se considerações finais que retomam os principais argumentos e apontam desafios e possibilidades para uma educação comprometida com o uso ético e crítico da Inteligência Artificial.

2. Inteligência Artificial como mediação pedagógica e sociotécnica na educação

A compreensão da Inteligência Artificial na sala de aula exige que ela seja analisada não apenas como ferramenta tecnológica, mas como mediação pedagógica e sociotécnica que reorganiza práticas educativas, relações discursivas e formas de produção do conhecimento. Diferentemente de tecnologias educacionais anteriores, a IA opera por meio de algoritmos capazes de analisar grandes volumes de dados, gerar textos, sugerir percursos de aprendizagem e automatizar decisões, o que amplia seu poder de interferência nos processos pedagógicos. Como destacam Holmes e Tuomi (2022), a IA não atua de modo neutro, pois incorpora modelos de mundo, critérios de eficiência e valores que impactam diretamente a experiência educacional.

No contexto da sala de aula, a IA passa a mediar atividades tradicionalmente realizadas pelos sujeitos, como a escrita, a pesquisa, a síntese de informações e a avaliação. Materiais recentes sobre o uso da IA na educação indicam que professores e estudantes vêm utilizando sistemas inteligentes para apoiar a produção textual, a organização de ideias e o planejamento de atividades. Esse uso, embora apresente potencial pedagógico, também tensiona concepções consolidadas de autoria, aprendizagem e autonomia intelectual, exigindo reflexão crítica sobre seus limites e implicações formativas.

Selwyn (2016, 2019) argumenta que tecnologias digitais educacionais devem ser compreendidas como produtos de contextos sociais, econômicos e políticos específicos. A IA, nesse sentido, não apenas apoia práticas pedagógicas, mas também redefine o que conta como conhecimento válido, como se aprende e como se avalia. Ao automatizar determinados processos cognitivos, há o risco de reduzir a aprendizagem a padrões mensuráveis e respostas esperadas, reforçando uma lógica tecnocrática que desconsidera a complexidade do ato educativo.

Do ponto de vista pedagógico, a IA pode contribuir para diversificar estratégias didáticas, oferecer feedback mais imediato e apoiar processos de personalização da aprendizagem. No entanto, tais potencialidades só se realizam quando mediadas por intencionalidade educativa. Freire (1996) já alertava que nenhuma tecnologia, por mais avançada que seja, substitui o diálogo, a problematização e o compromisso ético do educador.

Assim, o uso da IA na sala de aula deve estar subordinado a objetivos formativos claros, evitando que a tecnologia se sobreponha ao projeto pedagógico.

A mediação sociotécnica promovida pela IA também impacta as relações entre professor e estudante. Ao assumir funções tradicionalmente atribuídas ao docente, como correção, explicação e sugestão de caminhos de aprendizagem, os sistemas inteligentes podem deslocar o papel do professor para uma posição de supervisão técnica, caso não haja reflexão pedagógica sobre seu uso. Moran (2015) destaca que a inovação educacional não reside na substituição do professor pela tecnologia, mas na redefinição de seu papel como mediador, curador e orientador dos processos de aprendizagem.

Além disso, a presença da IA na educação suscita questões éticas relacionadas à transparência algorítmica, à proteção de dados e à equidade de acesso. Documentos da UNESCO (2021; 2023) enfatizam que a incorporação da IA nos sistemas educacionais deve estar ancorada em princípios humanistas, assegurando que as tecnologias sirvam ao desenvolvimento humano e não ao controle ou à padronização excessiva dos sujeitos. No contexto escolar, isso implica formar estudantes capazes de compreender criticamente o funcionamento da IA e de questionar seus usos e limites.

Dessa forma, compreender a Inteligência Artificial como mediação pedagógica e sociotécnica permite superar visões reducionistas que a tratam apenas como recurso didático. Na sala de aula, a IA reconfigura práticas, linguagens e relações educativas, exigindo da escola e dos professores uma postura crítica, ética e formativa. Essa compreensão é fundamental para que a tecnologia contribua efetivamente para processos educativos emancipatórios, e não para a reprodução de desigualdades ou para o esvaziamento do sentido pedagógico da educação.

Com o objetivo de sistematizar os principais eixos teóricos que sustentam a análise desenvolvida neste artigo, apresenta-se, a seguir, um quadro-síntese que articula os conceitos centrais mobilizados, seus aportes teóricos e as implicações pedagógicas da Inteligência Artificial na sala de aula. Essa sistematização permite evidenciar como linguagem, práticas pedagógicas e formação docente se inter-relacionam no contexto da educação mediada por tecnologias inteligentes, reforçando a necessidade de uma abordagem crítica e eticamente orientada.

Quadro 1 – Inteligência Artificial, linguagem e práticas pedagógicas na educação

Quadro 1 – Eixos teóricos para análise da Inteligência Artificial na sala de aula

Eixo analítico	Fundamentação teórica	Contribuições para a prática pedagógica
Inteligência Artificial na educação	Selwyn (2019); Holmes e Tuomi (2022); UNESCO (2021; 2023)	Compreensão da IA como mediação sociotécnica, não neutra, que reconfigura processos educativos e exige regulação ética
Linguagem e tecnodiscursividade	Paveau (2021); Rojo (2019); Lankshear e Knobel (2011)	Ressignificação das práticas de leitura e escrita como processos híbridos, multimodais e colaborativos
Autoria e produção textual	Paveau (2021); Freire (1996)	Problematização da autoria em contextos de coautoria humano-algorítmica, com foco na responsabilidade ética
Práticas pedagógicas mediadas por IA	Moran (2015); Kenski (2012)	Planejamento de atividades que promovam reflexão, revisão textual e autonomia intelectual
Formação docente e mediação crítica	Tardif (2002); Nóvoa (2017)	Centralidade do professor como mediador crítico do uso da IA na sala de aula

Fonte: Elaborado pelos autores.

3. Inteligência Artificial, linguagem e autoria na sala de aula

A incorporação da Inteligência Artificial na sala de aula produz impactos diretos nas práticas de linguagem, especialmente no que se refere à leitura, à escrita e às concepções de autoria que sustentam o trabalho pedagógico escolar. Ferramentas baseadas em IA capazes de gerar textos, reorganizar argumentos, sugerir reformulações e sintetizar conteúdos passam a integrar o cotidiano educativo, reconfigurando os modos de produção discursiva e os processos de construção do conhecimento. Esse cenário exige que a escola repense suas práticas de linguagem para além de modelos centrados na autoria individual e na reprodução de conteúdos.

Do ponto de vista teórico, Paveau (2021) propõe o conceito de tecnodiscursividade para compreender as formas contemporâneas de produção de sentido em ambientes digitais, nas quais humanos e artefatos técnicos atuam de maneira articulada na construção do discurso. Na sala de aula mediada por IA, a escrita deixa de ser exclusivamente um ato individual para tornar-se um processo híbrido, marcado pela coautoria entre estudantes e sistemas algorítmicos. Essa coautoria desafia concepções tradicionais de originalidade e criatividade, exigindo da educação linguística uma abordagem crítica e contextualizada.

Os estudos sobre letramentos digitais e multiletramentos contribuem significativamente para a compreensão dessas transformações. Rojo (2012, 2019) argumenta que

as práticas de leitura e escrita contemporâneas são multimodais, colaborativas e atravessadas por tecnologias digitais. Lankshear e Knobel (2011) reforçam que os novos letramentos não se definem apenas pelo uso de ferramentas digitais, mas pelas novas práticas sociais que emergem em contextos tecnológicos. A Inteligência Artificial intensifica essas dinâmicas ao automatizar processos linguísticos e ao intervir diretamente na organização, circulação e legitimação dos textos.

No contexto escolar, essas transformações colocam em evidência a necessidade de ressignificar as práticas pedagógicas relacionadas à produção textual. A escrita com apoio da IA não pode ser reduzida a um atalho para a obtenção de respostas prontas, sob pena de esvaziar seu potencial formativo. Ao contrário, quando mediada pedagogicamente, a IA pode favorecer processos de revisão, reflexão metalinguística e ampliação do repertório discursivo dos estudantes. Freire (1996) já enfatizava que a linguagem é prática social e política, e que ensinar a escrever implica formar sujeitos críticos, capazes de compreender e intervir no mundo por meio da palavra.

A questão da autoria, nesse cenário, assume centralidade. A presença da IA desafia modelos avaliativos baseados exclusivamente na produção individual e na detecção de autoria “original” como critério absoluto de aprendizagem. Em vez de adotar posturas punitivas ou proibitivas, a escola é chamada a problematizar os usos da IA, discutindo com os estudantes os limites éticos, as responsabilidades envolvidas e os processos de construção do texto. Essa abordagem dialoga com a perspectiva de formação crítica, ao reconhecer que a autoria, na contemporaneidade, é um processo relacional e situado.

Além disso, a mediação docente torna-se elemento fundamental para orientar práticas de linguagem que integrem a IA de forma crítica. O professor, ao planejar atividades de leitura e escrita com apoio de sistemas inteligentes, pode propor situações que exijam análise, comparação de versões, reflexão sobre escolhas linguísticas e problematização dos sentidos produzidos. Moran (2015) destaca que a inovação pedagógica ocorre quando a tecnologia é integrada a metodologias que favorecem a reflexão e a autonomia, e não quando substitui o esforço cognitivo do estudante.

Por fim, a discussão sobre linguagem e autoria na sala de aula mediada por IA também envolve questões éticas e formativas mais amplas. Documentos internacionais, como os da UNESCO (2021; 2023), ressaltam a importância de desenvolver competências críticas para o uso da IA, incluindo a compreensão de vieses algorítmicos, a proteção de dados e o respeito à

diversidade cultural e linguística. Na educação, isso implica formar estudantes capazes de utilizar a IA de maneira consciente, reconhecendo-a como ferramenta de apoio e não como substituta do pensamento crítico.

Dessa forma, a Inteligência Artificial, ao reconfigurar práticas de linguagem e concepções de autoria na sala de aula, impõe à escola o desafio de reinventar suas práticas pedagógicas. Ao articular letramentos digitais, formação crítica e mediação docente, torna-se possível transformar a IA em aliada de processos educativos emancipatórios, preservando a centralidade da linguagem como espaço de construção de sentidos, identidades e saberes.

4. Formação docente e mediação crítica no uso da Inteligência Artificial

A presença crescente da Inteligência Artificial na sala de aula desloca o debate educacional para o campo da formação docente, evidenciando que o uso pedagógico dessas tecnologias não depende apenas de sua disponibilidade técnica, mas, sobretudo, das concepções, saberes e intencionalidades que orientam a prática do professor. A mediação docente, nesse contexto, constitui elemento estruturante para que a IA seja integrada às práticas pedagógicas de modo crítico, ético e formativo, evitando tanto a rejeição acrítica quanto a adesão tecnicista.

Os estudos de Tardif (2002) contribuem para compreender que os saberes docentes são construídos de forma plural e situada, resultantes da articulação entre formação inicial, experiência profissional e contexto institucional. Quando a formação de professores não contempla de maneira consistente as transformações tecnológicas e discursivas contemporâneas, o docente tende a enfrentar o uso da IA com insegurança, improvisação ou resistência. Essa lacuna formativa fragiliza a mediação pedagógica e amplia o risco de usos superficiais ou meramente instrumentais das tecnologias inteligentes.

No campo da formação inicial, observa-se que a Inteligência Artificial ainda ocupa espaço incipiente nos currículos das licenciaturas, frequentemente tratada como tema periférico ou restrito a abordagens técnicas. Nóvoa (2017) defende que a formação de professores deve estar ancorada na profissão e orientada para os problemas reais da prática pedagógica. No caso da IA, isso implica discutir seus impactos sobre a linguagem, a autoria, a avaliação e a ética educacional, possibilitando que o futuro professor desenvolva uma postura reflexiva diante das tecnologias digitais.

A formação continuada assume, nesse cenário, papel estratégico. Moran (2015) argumenta que a inovação pedagógica não se sustenta sem processos formativos permanentes

que promovam reflexão sobre a prática e atualização crítica dos saberes docentes. A Inteligência Artificial, ao reconfigurar práticas de leitura, escrita e produção de conhecimento, exige que o professor compreenda não apenas o funcionamento das ferramentas, mas também as implicações pedagógicas e discursivas de seu uso em sala de aula. A ausência de espaços institucionais para essa reflexão tende a reforçar práticas descontextualizadas e pouco problematizadoras.

A mediação crítica do professor torna-se ainda mais relevante quando se considera o impacto da IA sobre as práticas de linguagem. Conforme discutido por Rojo (2019), a educação linguística contemporânea demanda atenção às múltiplas linguagens, aos modos de circulação dos textos e às relações de poder que atravessam os ambientes digitais. Nesse sentido, o professor atua como mediador ao orientar os estudantes na análise das respostas produzidas por sistemas de IA, problematizando escolhas linguísticas, sentidos construídos e possíveis vieses presentes nos textos gerados.

Freire (1996) já alertava que não há prática educativa neutra, e que o papel do educador é promover a leitura crítica do mundo. Transposta para o contexto da Inteligência Artificial, essa perspectiva implica compreender a tecnologia como construção social, atravessada por interesses, valores e ideologias. A mediação docente, portanto, não se limita ao ensino do uso da IA, mas envolve a problematização de seus limites, riscos e possibilidades, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e éticos.

Os materiais empíricos analisados reforçam essa compreensão ao evidenciar que o uso pedagógico da IA, quando orientado por planejamento e intencionalidade docente, pode favorecer práticas mais reflexivas de leitura e escrita, estimulando a revisão textual, a comparação de versões e a ampliação do repertório argumentativo dos estudantes. Contudo, também indicam que, na ausência de mediação, a IA tende a ser utilizada como substituta do processo cognitivo, empobrecendo a experiência de aprendizagem.

Documentos internacionais, como as diretrizes da UNESCO (2021; 2023), ressaltam que a formação docente é condição indispensável para o uso responsável da Inteligência Artificial na educação. Esses documentos enfatizam a necessidade de desenvolver competências críticas, éticas e pedagógicas, destacando o papel do professor como agente central na construção de práticas educativas alinhadas aos direitos humanos, à diversidade cultural e à justiça social.

Dessa forma, a formação docente e a mediação crítica configuram-se como eixos centrais para a integração da Inteligência Artificial na sala de aula. Ao reconhecer o professor como

protagonista desse processo, reafirma-se que a inovação pedagógica não reside na tecnologia em si, mas na capacidade de utilizá-la de modo consciente, reflexivo e comprometido com a formação integral dos estudantes.

5. Tensões éticas, desafios e possibilidades da Inteligência Artificial na escola

A inserção da Inteligência Artificial na sala de aula, embora carregada de promessas de inovação pedagógica, traz consigo um conjunto significativo de tensões éticas e desafios educacionais que não podem ser negligenciados. Ao automatizar processos cognitivos, discursivos e avaliativos, a IA interfere diretamente nas relações de poder, nos modos de produção do conhecimento e nas concepções de aprendizagem que estruturam a escola contemporânea. Nesse sentido, discutir a presença da IA na educação implica deslocar o debate do campo exclusivamente técnico para uma reflexão ética, pedagógica e política.

Um dos principais desafios refere-se ao risco de tecnocratização do ensino. Conforme alerta Selwyn (2019), a incorporação acrítica de tecnologias educacionais tende a reforçar discursos de eficiência, padronização e controle, reduzindo a complexidade dos processos educativos a métricas e indicadores de desempenho. No contexto da IA, esse risco se intensifica, uma vez que sistemas algorítmicos operam a partir de modelos estatísticos que tendem a homogeneizar práticas e trajetórias, desconsiderando as dimensões subjetivas, culturais e sociais da aprendizagem.

Outro ponto central diz respeito às implicações éticas relacionadas à autoria, à originalidade e à avaliação escolar. A utilização de ferramentas de IA capazes de produzir textos, resolver problemas e sintetizar informações desafia modelos avaliativos baseados na verificação de respostas “originais” e na responsabilização individual do estudante. Em vez de tratar a IA como ameaça à integridade acadêmica, torna-se necessário repensar as práticas avaliativas, valorizando processos de reflexão, reescrita, argumentação e análise crítica. Essa perspectiva encontra respaldo em Paveau (2021), ao afirmar que a produção discursiva contemporânea é marcada por formas de coautoria humano-técnica, que exigem novos critérios de responsabilidade e autoria.

As questões relacionadas à ética da informação também assumem papel relevante nesse debate. Floridi (2018) destaca que os sistemas de IA operam a partir da coleta massiva de dados, o que levanta preocupações quanto à privacidade, à vigilância e aos vieses algorítmicos. Na escola, essas preocupações ganham contornos específicos, uma vez que envolvem sujeitos em

processo de formação. Os documentos da UNESCO (2021; 2023) enfatizam que o uso educacional da IA deve estar orientado por princípios de transparência, equidade, proteção de dados e respeito aos direitos humanos, cabendo à escola formar estudantes capazes de compreender criticamente essas dimensões.

Apesar desses desafios, a Inteligência Artificial também abre possibilidades pedagógicas relevantes quando integrada de forma reflexiva e mediada. Os materiais analisados indicam que a IA pode apoiar práticas de linguagem mais complexas, favorecendo processos de revisão textual, ampliação vocabular e experimentação discursiva. Quando utilizada como ferramenta de apoio — e não como substituta do pensamento — a IA pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia intelectual e da consciência linguística dos estudantes.

Nesse contexto, a centralidade da mediação docente reafirma-se. Cabe ao professor criar situações pedagógicas que problematizem o uso da IA, promovendo debates sobre seus limites, potencialidades e implicações sociais. Essa mediação crítica possibilita transformar a tecnologia em objeto de reflexão, e não apenas em recurso instrumental, alinhando-se à perspectiva freireana de educação como prática de liberdade (Freire, 1996).

Assim, as tensões éticas e os desafios associados à Inteligência Artificial na escola não anulam suas possibilidades educativas, mas evidenciam a necessidade de projetos pedagógicos intencionalmente construídos. A IA, quando inserida em práticas fundamentadas teoricamente e orientadas por princípios éticos, pode contribuir para uma educação linguística mais crítica, reflexiva e coerente com as demandas da contemporaneidade.

11

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar a presença da Inteligência Artificial na sala de aula a partir da articulação entre linguagem, práticas pedagógicas e formação docente, compreendendo a tecnologia não como instrumento neutro, mas como mediação que reconfigura os modos de ensinar, aprender e produzir sentidos na escola contemporânea. Ao adotar uma abordagem crítica, sustentada por autores do campo da educação, dos estudos da linguagem e da cultura digital, reafirmou-se a centralidade do professor como mediador dos usos pedagógicos da IA.

As reflexões desenvolvidas evidenciaram que os impactos da Inteligência Artificial incidem de maneira direta sobre as práticas de leitura, escrita e autoria, exigindo da escola a revisão de concepções tradicionais de originalidade, avaliação e produção do conhecimento. Nesse cenário, os aportes dos estudos sobre letramentos digitais e tecnodiscursividade

mostram-se fundamentais para compreender a escrita escolar como prática híbrida, situada e socialmente construída, especialmente em contextos mediados por sistemas algorítmicos.

Destacou-se, ainda, que a formação docente constitui eixo estruturante para a integração crítica da IA na educação. Tanto a formação inicial quanto a continuada precisam contemplar discussões éticas, pedagógicas e discursivas sobre o uso dessas tecnologias, superando abordagens meramente técnicas. Conforme apontam Tardif (2002) e Nóvoa (2017), não há inovação pedagógica sem investimento nos saberes docentes e sem reconhecimento da escola como espaço formativo.

As tensões éticas associadas à Inteligência Artificial — como a padronização das práticas, os vieses algorítmicos e os riscos à autonomia intelectual — reforçam a necessidade de uma mediação pedagógica intencional e comprometida com a formação crítica dos estudantes. Nesse sentido, os documentos da UNESCO (2021; 2023) oferecem diretrizes importantes, ao enfatizar que a IA deve estar a serviço do desenvolvimento humano, da equidade e da justiça social.

Conclui-se que a Inteligência Artificial pode contribuir para a qualificação das práticas pedagógicas e das experiências de linguagem na escola, desde que integrada a projetos educativos fundamentados teoricamente e orientados por princípios éticos. Mais do que adotar novas ferramentas, trata-se de repensar concepções de ensino, aprendizagem e autoria, reconhecendo a tecnologia como parte constitutiva das práticas sociais contemporâneas. Ao fortalecer a mediação docente e a formação crítica, a escola pode transformar a IA em aliada de uma educação comprometida com a reflexão, a autonomia e a produção de sentidos.

12

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 6023:2018 – Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

FLORIDI, Luciano. *The ethics of information*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOLMES, Wayne; TUOMI, Ilkka. *Artificial intelligence and education: critical perspectives and practices*. London: Open University Press, 2022.

KENSKI, Vani Moreira. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas: Papirus, 2012.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. *New literacies: everyday practices and social learning.* 3. ed. Maidenhead: Open University Press, 2011.

MORAN, José Manuel. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.* Campinas: Papirus, 2015.

PAVEAU, Marie-Anne. *L'analyse du discours numérique: dictionnaire des formes et des pratiques.* Paris: Hermann, 2021.

ROJO, Roxane. *Escola conectada: os multiletramentos e as TICs.* São Paulo: Parábola, 2019.

ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura. *Multiletramentos na escola.* São Paulo: Parábola, 2012.

SELWYN, Neil. *Education and technology: key issues and debates.* 2. ed. London: Bloomsbury, 2016.

SELWYN, Neil. *Should robots replace teachers? AI and the future of education.* Cambridge: Polity Press, 2019.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional.* Petrópolis: Vozes, 2002.

UNESCO. *Recommendation on the ethics of artificial intelligence.* Paris: UNESCO, 2021.

UNESCO. *Guidance for generative AI in education and research.* Paris: UNESCO, 2023.